CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 1536/79

Interessado: EEPSPG "AFONSO SCHMIDT"- CUBATÃO

Assunto: Convalidação de atos docentes praticados pelo Prof. José Barroso dos Santos

Relator: Conselheiro José Maria Sestílio Mattei

Parecer CEE nº 1786/79

CESG - Aprovado em 19/12/79

I - RELATÓRIO

1. - HISTÓRICO:

O Professor José Barroso dos Santos lecionou, entre outros, na EEPSPG "Afonso Schmidt", as disciplinas: História, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, no período de 21.05.72 a 31.12.78, como Professor admitido em caráter temporário.

Para obtenção destas e outras aulas, o Professor valeu-se do registro de Professor-Licenciado em Pedagogia, - MEC-L nº 60996 Proc. 4255/74 e, posteriormente, valendo-se de informações prestadas à Escola interessada, que havia concluído a licenciatura do Curso de Estudos Sociais, na Faculdade "Dom Domênico", do Guarujá, e registrado no MEC sob nº 78486, Proc. 14256/76, que o habilitava para Estudos Sociais.

Educação Moral e Cívica e História, continuou lecionando até o final de 1978.

No início de 1979, verificou-se que os documentos referentes ao Curso de Estudos Sociais eram falsos, fato que levou a DRE do Litoral a solicitar a dispensa do servidor a bem do serviço público, nos termos da legislação em vigor, através do processo 1230/79-DRE, o que veio a acontecer através da Ato do Exmo. Sr. Secretário do Estado da Educação, conforme publicação no D.O. de 12.07.79.

Diante do ocorrido, a EEPSPG "Afonso Schmidt", através dos canais competentes, chega a este Conselho, solicitando a convalidação dos atos docentes praticados pelo Prof. José Barroso dos Santos.

2. - APRECIÇÃO:

O que pudemos apreciar no processo é que, se não houvesse a falsificação de documentos, fato que levou à exclusão de Professor do quadro de servidores do Estado, a sua habilitação em Pedagogia lhe daria o direito de lecionar: Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, nos termos da legislação em vigor.

Valendo-se de informações e documentos falsos, ludibriou os elementos envolvidos no processo de atribuição de aulas, mas, já foi punido pelo ato praticado. Ressalte-se da apreciação da Delegada /

Processo CEE nº 1536/79

Parecer CEE nº 1786/79 fls.02

de Ensino da DE do Guarujá: "... não se apurou dolo ou má fé por parte dos educandos e da Direção da Escola..." (fls.24).

II - CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos de parecer que, em caráter / excepcional, sejam considerados válidos os atos praticados pelos educandos, em relação às atividades docentes praticadas pelo Prof. José Barroso dos Santos, no período de 21.05.72 até 31.12.78, na EEPSPG - "Afonso Schmidt", de Cubatão.

CESG, em 22 de novembro de 1979

a) Conselheiro José Maria Sestílio Mattei

R E L A T O R

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Pe. Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, José Maria Sestílio Mattei, Pe. Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto Teodoro Di Dio.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1979

a) Conselheiro José Augusto Dias

P R E S I D E N T E

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Ensino do Segundo Grau.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de dezembro de 1979.

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR

Presidente